

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ANTROPOLOGIA DOS SABERES ¹

† *Annette Béguin-Verbrugge*

Introdução

Foi na altura dos anos 1980 que, mediante iniciativa do professor Gérard Losfeld, a nossa equipe se formou em Lille em torno do conceito original de “antropologia dos saberes”. A partir de então, ela cresceu de maneira considerável, sem perder a vocação inicial. Batizada atualmente de SID (Ciências da Informação e Documentação, “tem como eixo principal a questão da produção, da modelização, da circulação e da apropriação dos saberes, com relação às formas, às técnicas e aos contextos que participam da sua socialização. Esta questão é abordada em suas dimensões semiótica, material e técnica, cognitiva, social e econômica” (Extraído do texto oficial de apresentação).

O caráter interdisciplinar desta orientação, presente desde a origem, afirmou-se com a nossa inserção, em 2004, no laboratório GERIICO (Grupo de Estudo e de Pesquisa Interdisciplinar sobre a Informação e a Comunicação). O nome do laboratório indica

¹ Originalmente publicado em: BEGUIN-VERBRUGGE, A. L'anthropologie des savoirs: un projet interdisciplinaire pour les SIC-Sciences de l'Information et de la Communication. **Anais I Colóquio Científico Internacional da Rede Mussi**. Rio de Janeiro: ICICT-FIOCRUZ, IBICT-UFRJ, 2008.

Republicado em: BEGUIN-VERBRUGGE, A. Informação, comunicação e antropologia dos saberes. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 3, n. 3, p. 35-41, set., 2009.

Agradecemos aos editores da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS) pela autorização para a republicação em português.

que, para nós, a comunicação está ligada à informação de maneira muito estreita (Beguin *et al.*, 2007). No entanto, fizemos questão de afirmar, através do nome da nossa equipe (Ciências da Informação e Documentação) a especificidade do nosso campo de pesquisa: o documento e a documentação.

Essa apresentação não visa a objetividade, nem mesmo a representatividade com relação a uma doutrina coletiva. Antes, busca dar conta de uma visão retrospectiva e necessariamente subjetiva da transdisciplinaridade, tal como a vivenciamos em Lille: quais são os conceitos que nos pareceram fundamentais? A que disciplinas, ou até mesmo, a quais domínios recorreremos? Como as transformamos, apropriando-nos delas no campo das Ciências da Informação e da Comunicação? Que novas direções de pesquisa tivemos então a possibilidade de abordar?

Um forte apoio nas ciências do texto

Na França, inúmeros pesquisadores das Ciências da Informação e da Comunicação receberam uma formação inicial em literatura (Tetu, 2002). Não é de surpreender, nestas condições, que as noções de “texto” e de “discurso” tenham estado no centro de incontáveis problemáticas. O que caracteriza as Ciências da Informação e da Comunicação é uma abordagem que privilegia os processos de mediação, de transformação, de apropriação da informação conduzida pelos textos com relação à apreciação estética que esses últimos podem invocar. A própria definição de “texto” amplia-se para formas e domínios de referência que não são consideradas pela análise literária nem pela linguística clássica. A comunicação em torno dos textos ou por meio de textos é considerada como um fenômeno social: os objetos-texto fazem parte de redes “intertextuais” e se inscrevem em um “contexto” que inclui os atores, as instituições, a cultura de referência. O texto é o elemento de um sistema complexo, estreitamente ligado à circulação dos conhecimentos e à construção dos saberes.

Uma definição expandida do conceito de “texto”

Oswald Ducrot e Jean-Marie Shaeffer definem o texto como uma “unidade semiótica definida por sua autonomia e seu fechamento”. Caracteriza-se ao mesmo tempo, segundo eles, como “um objeto empírico e uma unidade complexa heterogênea”. Esta definição apresenta uma vantagem: ela não isola a definição do texto em uma dimensão linguística, antes possibilita estendê-la à dimensão gráfica (imagens, tipografia), até mesmo à dimensão programática (links hipertextos).

Tal abertura (não-linguística) aos signos convém às Ciências da Informação e da Comunicação, que se interessam por outras formas de comunicação além da literatura. Na esfera literária, possibilita lidar com políticas editoriais e interessa, em especial, ao mundo da biblioteca. Tal abertura é bastante funcional no universo digital na análise de “textos” multimídia para a difusão de conhecimentos: partes redigidas, imagens fixas ou animadas, elementos esquemáticos, sons... misturam-se daí para frente de maneira tanto mais estreita quanto são submetidos à atualização pelo leitor por meio de links hipertextos. Este último age sobre os signos segundo seu projeto. Para novos textos, novas leituras e, em consequência, novos objetos de pesquisa, apropriados pelas Ciências da Informação e da Comunicação (Beguin, 2006).

De uma certa maneira, as Ciências da Informação e da Comunicação retomam assim as origens da semiótica, que Saussure definia como “a vida dos signos na vida social”, anterior à posição dominante da linguística nas pesquisas das Ciências Humanas que passaram a privilegiar sistematicamente a dimensão “linguagem” das comunicações.

Outros conceitos, vizinhos ao de “texto”, são retomados nas Ciências da Informação e da Comunicação com uma extensão da mesma ordem: é o que ocorre, por exemplo, no caso do conceito de “enunciação”. Emmanuel Souchier introduziu o conceito “enunciação editorial” (Souchier, 1998) e, eu mesma,

considerarei a oferta documental de uma biblioteca como um processo de enunciação (Beguin, 2002).

De maneira geral, os conceitos tomados às ciências do texto pelas Ciências da Informação e da Comunicação possibilitam perceber o caráter sistemático e complexo das comunicações e sua ancoragem social. Os pesquisadores se apropriam bem mais das teorias da fala e da enunciação do que das teorias da língua e do código. Ademais, ao se apropriar destes conceitos, extraem deles uma acepção ampliada, não exclusivamente logocentrada.

Pragmática da recepção

A análise dos objetos comunicacionais, porém, é tão somente um elemento do projeto das Ciências da Informação e da Comunicação, que se ocupam das comunicações, antes de tudo, em sua dinâmica, vale dizer, dos processos comunicacionais. Para perceber comunicações que estão relacionadas ao documento, é do lado das teorias da recepção (Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser, Umberto Eco) e das abordagens ditas “pragmáticas” que se situam as principais contribuições.

Charles Morris (1938) distingue três domínios na apreensão de toda língua: o componente sintático, que diz respeito à “gramática” dos signos, o componente semântico, referente à relação entre os signos e a realidade (o referente), e o componente pragmático que se refere às relações dos signos com seus usuários, seus empregos e efeitos. Foi com relação a este terceiro componente que os pesquisadores das Ciências da Informação e da Comunicação se sentiram mais envolvidos.

Nas Ciências da Informação e da Comunicação, nosso interesse repousa na construção de conhecimento com base no tratamento simbólico da informação, seja ela verbal, sonora ou icônica. A relação entre o conhecimento que se tenta transmitir e o conhecimento efetivamente construído situa-se no centro deste questionamento. A título de exemplo, como o usuário de um centro de recursos se apropria da informação? O que é a leitura? O

que determina um “ato” de leitura? Se os saberes se estruturam e são transmitidos por documentos e se o objetivo é assegurar a melhor partilha dos saberes, cabe então avaliar o grau de cooperação que a leitura destes documentos demanda a tal ou qual leitor.

A “pragmática” é uma teoria que se empenha em apreender o procedimento da leitura induzido por um texto e o impacto deste último sobre o leitor. Ela renova fortemente os estudos sobre a “lisibilidade”, posto que possibilita depreender tanto uma performance realizada como uma disfuncionalidade da leitura. Dedicada, afinal, uma grande importância à noção de contexto: a leitura, de fato, repousa na atividade inferencial do leitor a partir dos signos do texto, como também das informações que ele já memorizou e do contexto material e social da leitura. Esta maneira de considerar a comunicação não se fecha na mensagem, antes se quer sistêmica. Muitas pesquisas nas Ciências da Informação e da Comunicação, atualmente, reivindicam esta corrente “pragmática”, na qual nós nos situamos.

A contribuição das ciências cognitivas e da psicologia social

Para explicar a compreensão dos textos, a abordagem pragmática mais clássica fundamenta-se nas formas textuais que partem do princípio de que são, em si mesmas, portadoras de efeitos prováveis no âmbito de uma dada cultura. Contudo, para depreender processos de leitura e de aquisição de conhecimentos, o pesquisador é levado a questionar a inteligência do leitor: suas faculdades de inferência, suas capacidades de abstração, até mesmo seu “estilo cognitivo”. Empréstimos tomados à psicologia cognitiva e à psicolinguística possibilitam explicar melhor os fenômenos de elaboração do sentido e avaliar as mediações aplicadas aos saberes, em especial a mediação documentária (indexação, categorização, classificação). Na semiótica, este procedimento interdisciplinar encontra-se, em especial, na obra de Umberto Eco (1997).

Até aqui as Ciências da Informação e da Comunicação foram pouco abertas a estes campos de pesquisa. Os trabalhos de Jean-Pierre Meunier e de Daniel Peraya constituem exceções. Este componente tem forte presença no meu próprio trabalho, razão pela qual o menciono. Estudei, pois, a função das maquetes gráficas na leitura, apoiando-me nos trabalhos que tratam da percepção e da relação entre percepção e semiose (Beguin, 2006). Elaborei também todo um conjunto de observações sobre a simulação de experiências científicas na tela (Beguin, 2001). Em ambos os casos, a semiótica me possibilitou descrever a organização dos signos, mas para modelizar os usos destes “dispositivos” (1), os subsídios obtidos nas obras de psicologia da percepção e da ação sobre os jogos de atenção e de memória, os saberes “incorporados”, a formação das rotinas, se mostraram muito úteis.

Como explicar o caráter marginal destes empréstimos tomados à psicologia cognitiva nas Ciências da Informação e da Comunicação? É possível apresentar uma dupla explicação: muitas vezes são estudos experimentais e, portanto, descontextualizados, enquanto que as Ciências da Informação e da Comunicação se esforçam em perceber comunicações “em contexto”. Por outro lado, esses estudos se interessam pelo indivíduo fora do seu pertencimento social, enquanto que as Ciências da Informação e da Comunicação concedem um lugar central à dimensão social.

Voltando-se ainda mais para a psicologia social, que se interessa sobretudo pelos fenômenos das interações entre grupos e indivíduos, os pesquisadores das Ciências da Informação e da Comunicação privilegiaram o conceito de “representação social” mais do que o de “representação cognitiva”. Essas duas noções, porém, não se excluem entre si, pois a primeira tem um caráter de “envelopamento” com relação à segunda e, pode-se dizer, serve-lhe de “armadura”.

Serge Moscovici define a representação social como “um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam a realidade física e

social inteligível, se inserem em um grupo ou uma relação diária de trocas, liberam os poderes da sua imaginação” (Moscovici, 1961, p. 28).

Em uma comunidade, as representações sociais são conduzidas através de imagens e vocabulários compartilhados; possibilitam comunicar-se com mais facilidade.

Não se trata de representações normativas e uniformes, mas de representações “negociadas” nas quais cada um pode se projetar em função do seu passado, do seu ambiente, do seu pertencimento a grupos diversos. No que diz respeito à aquisição de conhecimentos, as representações sociais exercem uma função de filtro (Giordan *et al.*, 1994). Através do estudo das representações sociais, é, pois, o jogo social das comunicações que é posto em evidência. A ênfase aplicada à comunicação diz respeito às Ciências da Informação e da Comunicação e aqui reside, possivelmente, a interface mais importante entre as Ciências da Informação e da Comunicação e a psicologia.

A necessária apreensão das materialidades

As Ciências da Informação e da Comunicação, segundo nossa perspectiva um tanto singular, se situam em um cruzamento interdisciplinar onde as ciências do texto se encontram com as ciências sociais em torno da questão fundamental da comunicação dos conhecimentos. A centralidade de determinados conceitos caminha junto com a escolha dos métodos. Acompanhamos sempre a ideia de que, para se desembaraçar da ideologia ambiente, o pesquisador tem necessidade de se fundamentar em “observáveis”, ou seja, nos elementos materiais descritíveis que atuam nas comunicações. A ideia, por exemplo, de que a informação conduzida por um sistema informático seria “desmaterializada” é um engodo, na medida que ela só existe através de uma “formalização” ao mesmo tempo em um sistema técnico e através de uma interface gráfica. Nesta circunstância, o caráter instável e incerto das aparências com que se reveste a

informação não é senão um dos efeitos do sistema técnico e semiótico que serve para comunicá-la. A influência de Yves Jeanneret (2000) sobre a nossa equipe foi determinante para esclarecer esta posição. Ela nos levou a revitalizar o conceito de “documento” na medida que ele nos possibilita considerar a dimensão material, mas também sociotécnica da informação.

Informação e documento

Quer consideremos o aspecto social e coletivo ou o aspecto individual, não é possível falar de informação sem vinculá-la a operações que atuem sobre a compreensão humana. Eu daria a seguinte definição: “uma informação é um dado que faz sentido para alguém”.

A informação, em si, não tem nenhum caráter “palpável”. Ela não é observável fora da sua verbalização ou de sua inscrição num suporte. Daí a importância que dispensamos, em uma perspectiva de pesquisa, à noção de “documento”. O documento é um objeto que sustenta a informação com vistas a comunicá-la. A ideia de comunicação é central. O documento comporta, igualmente, a informação e as marcas da comunicação de que é feita. O documento é o que se guarda como prova, é o que torna a informação manifesta e testemunha a sua existência para alguém. Esta ideia jurídica de “prova” está ligada à referenciação. As referências de um documento são indicações sobre o seu contexto de produção (responsável, local, data). Tornam perceptível e, portanto, passível de falsificação, a natureza do tratamento da informação no documento. Associa-se à noção jurídica de responsabilidade e de propriedade intelectual.

A materialidade do documento, pois, torna-o observável em vários planos: a natureza do seu suporte e das formas da inscrição que o constituem, como também as suas condições de realização, de arquivamento e de circulação. Seu caráter objetual cristaliza um conjunto de indícios reveladores do estatuto da informação do qual

é portador na sociedade que o utiliza. A forma documental tem estreita relação com a qualificação dos textos.

Neste plano, os trabalhos de Roger Chartier sobre a história das leituras possibilitaram restaurar o elo entre os estudos históricos e o estudo das mídias contemporâneas, abrindo, assim, a via para as transferências de método. Um dado só se torna informativo mediante uma ancoragem ao mesmo tempo semiótica e sociotécnica. Foi assim que Susan Kovacs (2006), através de uma abordagem histórica da relação texto-imagem nas obras pedagógicas antigas, enfatizou o papel estruturador das formas na mediação dos saberes e a relação entre a sua escolha e as ideologias pedagógicas subjacentes.

Importância da dimensão técnica

A história do livro nos mostra o quanto a natureza objetual do livro determinou as modalidades de sua leitura: do volumen ao codex, do manuscrito ao impresso. Esta dimensão técnica do documento portador da informação se torna ainda mais complexa com a informatização dos textos. Yves Jeanneret, em especial, demonstrou, ao desenvolver a noção de “arquitexto”, o quanto, ao se tratar de nova tecnologia, os sistemas informatizados e determinados *softwares* podiam funcionar como verdadeiras matrizes intelectuais, na medida em que eles refreiam a forma documentária que toma a informação, orientando as leituras e os comportamentos informacionais. Pois não se fala, atualmente, de googlelização das práticas informacionais? (Despres-Lonnet; Courtecuisse, 2006).

Levar em conta a dimensão técnica dos fenômenos informacionais para nós é, pois, um princípio importante, já que a técnica induz comportamentos que podem tomar uma dimensão social. Contudo, é de um ponto de vista pragmático e em função da sua incidência sobre a recepção das informações em um contexto social que vislumbramos esta dimensão técnica, em ligação com a dimensão semiótica e material. Neste ponto fazemos

questão de nos diferenciar claramente das pesquisas em ciências da engenharia, totalmente polarizadas em infraestruturas técnicas.

Assim, no seu ensaio de habilitação: *Das mídias no trabalho*, Dominique Cotte examina como as ferramentas documentais comportam a marca da relação dos homens com seu ambiente de trabalho e, concomitantemente, contribuem para modelar este ambiente. A abordagem é ao mesmo tempo antropológica e fenomenológica, à medida que ela analisa as interações permanentes entre as formas materiais e as práticas sociais de um mundo consagrado à eficácia da ação.

“Prática” e “uso”: abordagem antropológica

A atenção dedicada aos contextos materiais e sociais nos possibilitam justificar a expressão «antropologia dos saberes» que consideramos como fundadora. Os traços documentários são tantos signos da elaboração intelectual permanente dos saberes em um grupo social, como são, também, das relações de poder, das lutas mais ou menos explícitas e das influências ligadas à circulação dos conhecimentos. Foi o que nos levou a desenvolver o conceito de “uso”, com relação ao conceito de “prática”, tomado da sociologia.

As práticas são condutas socialmente situadas, inscritas em um tempo longo, e reveladoras de uma cultura (Perriault *et al.*, 2004). Como “prática”, “uso” implica em uma dimensão temporal, uma forma de hábito (os usos e costumes) mas, sobretudo e fundamentalmente, na relação com um objeto (fazer uso de, abusar de, usar, útil). Eu definiria o uso como uma conduta situada face a objetos. Esta definição, como ocorre com as práticas, implica em uma dimensão social e cultural, mas implica também em uma dimensão técnica de relação com o objeto. Em outras palavras, os usos se inscrevem em práticas, mas para analisar os usos, é preciso levar em conta, especificamente, o encontro de um sujeito com os objetos. A análise dos usos se encontra com a dimensão social quando são postos em evidência os valores estatísticos.

Para abordar esta noção de uso com relação às tecnologias da informação, Joëlle Le Marec influenciou intensamente as nossas abordagens (Le Marec, 2001). Trata-se de, mediante a observação, evidenciar as táticas (no sentido de Michel De Certeau) adotadas pelos indivíduos para se adaptarem a dispositivos normatizados, até mesmo para contorná-los ou adaptá-los. Para isso o pesquisador é levado a observar as organizações documentárias pessoais, os indícios de questionamento, as reescritas e a redocumentalização das informações.

Supõe então uma pesquisa qualitativa, sob a forma de entrevistas e de observações de terreno para estimar a distância entre as representações dos diferentes atores envolvidos e a realidade das práticas efetivas (Beguin, 2006, p. 2). Assim, no âmbito de uma ação de pesquisa intitulada “Cultura informacional e curriculum documentário”, observamos a maneira como os documentos eram produzidos, organizados e transmitidos no âmbito da comunidade educativa de um grupo na escola: professores, alunos e pais. Este estudo de caso, muito detalhado, nos possibilitou evidenciar uma defazagem: de um lado os professores, no decorrer das entrevistas, nos devolviam um discurso prescritivo, regulado em práticas especializadas ou supostas como tais e, de outro, constatávamos usos não formalizados, multiformes, adaptados aos problemas locais, mas também passíveis de explicar, através de sua heterogeneidade, dificuldades na organização dos aprendizados.

Fomos também levados a conceber técnicas específicas para observar os usos de produtos multimídias ou de sítios da internet. Louis-François Claro arquitetou, assim, um sistema de vídeo-rastreamento invisível para o usuário, que possibilita registrar simultaneamente em um mesmo suporte as suas ações na tela e suas atitudes físicas no contexto de trabalho. Um dispositivo deste tipo permite, por exemplo, fazer uma análise fina das dificuldades dos alunos às voltas com a informação digital.

Na medida que esta abordagem se esmera em ser contextual, sistêmica, atenta aos atores e aos traços de ação com suas relações

com a cultura do local observado, podemos qualificar a abordagem de “etnográfica”.

A circulação social dos discursos

Com o recuo temporal, um novo tipo de problemática passa a dizer respeito às Ciências da Informação e da Comunicação: trata-se de questionar a evolução das mídias e das práticas, as mutações destas materialidades que acabamos de mencionar, as variações semióticas, as metamorfoses mediáticas... O desenvolvimento das novas mídias de informação faz com que esses fenômenos fiquem mais sensíveis, pois os aceleram: a informação muda facilmente de suporte, subsídios, transferências e reapropriações são facilitados, as formas documentárias se cruzam, os repertórios culturais se misturam. Isto transforma em profundidade a relação com o conhecimento, a ponto de abalar as instituições educacionais, da escola à universidade. Como levar em conta estas dinâmicas que transformam a nossa sociedade? Para chegar a isso, as noções de texto, de documento ou de uso devem ser abordadas em escalas mais vastas, tanto no espaço como no tempo.

Transferências mediáticas, intertextualidade e gêneros

O conceito de “intertexto” tem origem nas ciências do texto. Gérard Genette (1982, p. 7-14) o define como a copresença, implícita ou explícita, de um texto em um outro texto. Muitas vezes vem associado ao conceito de “dialogismo”, inaugurado por Mikhail Bakhtin: um texto aparece sempre como o produto de várias vozes que o trabalham e o vinculam a conjuntos textuais anteriores. O trabalho de Antoine Compagnon (1979) sobre a “citação” segue este mesmo sentido: um texto é um ordenamento do já dito. Diante de um “terceiro leitor”, o autor de uma citação atribui um lugar à fala daquele que é citado, reapropriando-se dela.

Com o surgimento das mídias digitais, as práticas de citação, de justaposição de reapropriação, de reescrita... tiveram um novo impulso. A facilidade técnica e material do tratamento de texto e de imagem ampliaram de maneira considerável o alcance social desses recursos: a formatação editorial e a disponibilidade ao público tornaram-se acessíveis de maneira mais ampliada. Quer se trate de sons, de imagens ou de escrita, o caráter digital da informação e a grande difusão de determinadas ferramentas de *softwares*, inclusive em versões adaptadas (2), facilitam as transferências entre mídias. E mais ainda, torna-as previsíveis, modificando as expectativas dos públicos. É esta dimensão social do fenômeno que interessa às Ciências da Informação e da Comunicação. Ampliado, o conceito de “intertextualidade” passa a dizer respeito a todos os “textos” e a todas as mídias.

Assim analisou Laure Bolka (2007), em sua tese “Elementos para a análise semio-pragmática da transferência multisuporte da imagem televisiva: o caso das imagens da ‘tele-realidade’ na Internet e nas revistas” sobre as transferências mediáticas entre a televisão, a imprensa e a Internet. Ao lado de clássicos intercâmbios entre instituições (de um canal a outro, de uma programação ao site correspondente ou a sites dedicados a comentários críticos), ela ressaltou, associada ao uso do computador e das redes, uma extensão das práticas de citação, de compilação, de trocas ou de reescrita das imagens televisuais, em especial junto aos adolescentes fãs dos programas de *reality show*. Pelas demandas que suscitam, estas práticas têm repercussões sobre a própria forma das programações.

As formas documentárias são acionadas por esta circulação transmediática, provocando hibridações e o surgimento de novos objetos “mistos”: por exemplo, o site do jornal Le Monde passou a dispor, na Internet, produtos multimídias complementares às informações do jornal e desenvolve nele uma rubrica intitulada “Focus”, totalmente baseada em sínteses visuais de texto e de imagens muito heterogêneas em origem e em natureza (mapas, diagramas, fotografias, desenhos...) (Beguín, 2007).

A noção de gênero e a evolução dos repertórios

As transferências dizem respeito tanto aos conteúdos específicos como às formas organizadoras das mídias: se nos anos 1990 a expansão da informática junto ao grande público se estruturava em torno de interfaces que metaforizavam o universo do papel, atualmente a influência dos dispositivos digitais é onipresente no universo do livro, da imprensa e da televisão. Ela é acompanhada de vários empréstimos e transmissões de uma mídia à outra. Estes fenômenos induzem, necessariamente, novas condutas de leitura, uma relação com os conhecimentos que evolui e que, se transformando, transforma as comunicações e as relações de poder na sociedade em que vivemos.

A noção de “gênero”, tomada da literatura, rejeitada pelos estruturalistas por sua heterogeneidade, encontra aqui um novo emprego. Os “gêneros” são classes de discurso identificáveis de maneira singular, em um dado contexto social e cultural, mediante um acordo implícito dos leitores. Os critérios de classificação dos gêneros são tanto temáticos quanto formais. São também muito variáveis no tempo e no espaço e sujeitos a critérios de legitimidade cultural. Contudo, o conceito de “gênero” apresenta a vantagem de vincular o universo dos textos ao seu contexto social e comunicacional. O conjunto dos gêneros passíveis de identificação em uma dada cultura constitui um horizonte de espera para a recepção dos documentos. Constituem um repertório de formas submetidas a um perpétuo reajuste que condiciona a interpretação das leituras e que, ao mesmo tempo, é determinado por esta.

Para as Ciências da Informação e da Comunicação, o surgimento e a transformação dos gêneros mediáticos em seu contexto social, cultural e econômico tornam-se um objeto pleno para a pesquisa.

A noção de “formação discursiva”: modelizar o jogo dos poderes

O filósofo Michel Foucault (1969) define a história como uma maneira pela qual uma dada sociedade “dá sentido e elaboração” ao “arquivo”, isto é, a “uma massa documental da qual a sociedade não se distingue”. A produção do saber opera um trabalho incessante sobre o que foi produzido anteriormente: é preciso delimitar, reordenar, suturar... em suma, criar ordem no discurso circulante. Estes recortes e estas reconfigurações são em si mesmos fatos de discurso que merecem ser analisados, posto que testemunham categorias de pensamento de uma época, princípios de classificação, regras normativas e gêneros que aí se desenvolvem.

Muitos pesquisadores de Ciências da Informação e da Comunicação encontram-se neste projeto, em torno do conceito de “formação discursiva”, que Foucault define como uma configuração de discursos, marcados por temas, instituições e referências comuns, cuja repartição, circulação e transformações são regidas por regras e é preciso se esforçar para determiná-las.

A regulação das formações discursivas é um procedimento de poder, simbólico, mas também político e econômico. Com a crescente importância da Internet no funcionamento das mídias, como se formam as comunidades de interesses? Como são manejados os antagonismos? Como é reelaborada a “massa documentária” do arquivo em um contexto de industrialização da cultura?

Estas questões foram longamente discutidas em nossa equipe (Beguin *et al.*, 2007). Citarei, em especial, os trabalhos de Jean-Stéphane Cernel, que concluiu a sua tese sobre a reciclagem das imagens nos jornais televisivos. Ele mostra que o número de reutilização das imagens é muito maior do que poderíamos supor. As imagens são privilegiadas por critérios econômicos ou em função da organização do trabalho dos jornalistas. No entanto, o estatuto simbólico de uma imagem jamais é dado por antecipação.

É fruto da escolha dos produtores, como também do olhar dos telespectadores e do contexto de recepção. As imagens surgem, fascinam... e se desgastam no correr do tempo!

Conclusão

Na conclusão deste breve ensaio sobre os conceitos que migram para as Ciências da Informação e da Comunicação, que balanço epistemológico provisório podemos apresentar? O que, afinal, faz a especificidade de uma disciplina construída no cruzamento dos caminhos? Pois é justamente na atenção dedicada à relação entre os conceitos que se situa a originalidade do projeto das Ciências da Informação e da Comunicação, como nele nos situamos. Nós nos propomos a estudar a constituição e a circulação dos saberes em uma perspectiva ao mesmo tempo sistêmica e fenomenológica. Vale dizer que o âmago da nossa estratégia é examinar como os parâmetros dos processos informacionais “se mantêm juntos” e evoluem juntos. A aceleração das evoluções e transformações induzidas pela difusão das mídias eletrônicas torna este tipo de pesquisa ao mesmo tempo urgente e possível: em vez de tentar se apossar dos objetos fixando-os para a comodidade do estudo, trata-se de se interessar por seu movimento e metamorfoses. Em vez de descrever o estado das estruturas semióticas, materiais e sociais associadas à comunicação dos conhecimentos em um determinado ponto do tempo e do espaço, trata-se de perceber as dinâmicas culturais, informacionais, econômicas e o jogo social no qual estão envolvidas. A nosso ver, é este o desafio das Ciências da Informação e da Comunicação para o século XXI.

Notas

- (1) “Dispositivo”: conjunto coerente e delimitável de objetos, de atores, de processos orientado a um objetivo.
- (2) É desta maneira, por exemplo, que o *software* Photoshop está em vias de modificar consideravelmente a nossa relação com a imagem.

Referências

BEGUIN, A., CHAUDIRON, S., DELAMOTTE, E. Entre information et communication, Les nouveaux espaces du document.

Études de Communication, n. 30, 2007.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. Le corps dans les lectures à l'écran.

Spirale: Revue de Recherches en Éducation, n. 28, p. 145-162, out. 2001.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. Le traitement documentaire est-il une énonciation ? *In*: **Société Française des Sciences de l'Information et de la communication. Les recherches en information et communication et leurs perspectives**: Histoire, objet, pouvoir et méthode. Marseille: Palais du Pharo, 2002, p. 7-11.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. **Images en texte, images du texte**.

Lille: Presses Universitaires de Septentrion, 2006. 318 p.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. **Pourquoi faut-il étudier les pratiques informelles des apprenants en matière d'information et de documentation?** Colloque international : Savoirs et acteurs de la formation, Rouen, 18-19-20 maio 2006.

BEGUIN-VERBRUGGE, A. Images hybrides et lectures mixtes. **Les Dossiers de l'Ingénierie éducative. Hors série Images, savoirs, numérique**. SCEREN/CNDP, 2007. p. 63-79.

BOLKA, L. **Eléments pour l'analyse sémio-pragmatique du transfert multisupport de l'image télévisuelle : le cas des images de la « télé-réalité » sur Internet et dans la presse magazine**. 2007. 368 f., il. Thèse (Doctorat en Sciences de l'information et de la communication) - Université Charles de Gaulle - Lille III.

CARNEL, J. S. **Réutilisation des images animées dans les chaînes hertziennes françaises**. 2009. Thèse (Doctorat). Lille 3.

CHARTIER, R. **Le livre en révolution**. Paris: les éditions Textuels, 1997. 160 p.

COMPAGNON, A. **La seconde main**: ou le travail de la citation. Paris: Seuil, 1979. 416 p.

- COTTE, D. **Des médias au travail. Emprunts, transferts, métamorphoses**. 2007. Tese de Doutorado. Université d'Avignon.
- DESPRES-LONNET, M.; COURTECUISSÉ, J-F. Les étudiants et la documentation électronique. **Bulletin des Bibliothèques de France**, n. 2, p. 33-41, 2006.
- DUCROT, O.; SHAEFFER, J-M. **Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage**. Seuil, 1995.
- ECO, U. **Kant et Pornithorynque**. Paris: Grasset, 1997. 480 p.
- FOUCAULT, M. **L'Archéologie du savoir**. Paris: Gal- limard, 1969. 288 p.
- GENETTE, G. **Palimpsestes: la littérature au second degré**. Seuil, 1982.
- GIORDAN, A.; GIRAULT, Y.; CLEMENT, P. *et al.* **Conceptions et connaissances**. Berne: Peter Lang, 1994.
- JEANNERET, Y. **Y a-t-il (vraiment) des technologies de l'information ?** Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 2000. 136 p.
- KOVACS, Suzan. L'image scientifique et ses recontextualisations: du Notionnaire de Garsault (1761) à l'Encyclopédie des jeunes gens (1807) de Moustalon. **Spirale-Revue de recherches en éducation**, v. 40, n. 1, p. 9-25, 2007.
- LE MAREC, J. Evolution de la problématique des usages: le cas des NTIC en milieu culturel. **Spirale**, n. 28, p. 105-122, 2001.
- MOSCOVICI, S. **La Psychanalyse, son image, son public**. PUF, 1961.
- PERRIAULT, J. *et al.* Introduction. **Hermès**, n. 39, p. 9-36, 2004.
- SOUCHIER, E. L'image du texte pour une théorie de l'énonciation éditoriale. **Les Cahiers de médiologie**, v. 6, n. 2, p. 137-145, 1998.
- TETU, J-F. Sur les origines littéraires des Sciences de l'Information et de la Communication. *In*: BOURE, R. (ed.). **Les origines des sciences de l'information et de la communication: Regards croisés**. Presses Univ. Septentrion, 2002. p. 71-94.